



## 01 DE SETEMBRO DE 2015

### Terça-feira

- ACORDO COM SINDICATO ENCERRA GREVE NA MERCEDES-BENZ
- METALÚRGICOS DA VOLKSWAGEN RETORNAM AO TRABALHO
- ANFAVEA QUER ESTAR PERTO DE ASSOCIAÇÕES
- VENDA DE USADOS SERÁ MENOS BUROCRÁTICA
- BRASIL AMPLIA ACORDO AUTOMOTIVO COM URUGUAI
- CHEVROLET CRIA SITE PARA VENDER PECAS PARA OFICINAS
- NISSAN COMEMORA 100 MIL UNIDADES VENDIDAS DO MARCH
- AVIS BUDGET ANUNCIA EXPANSÃO DA FROTA DE CARROS PARA LOCAÇÃO
- EDITORIAL : UM ZUMBI TRIBUTÁRIO
- MAIS UMA FORTE EXPLOSÃO É REGISTRADA EM ZONA INDUSTRIAL NA CHINA
- GOVERNO PREVÊ SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 865,50 EM 2016
- CRISE FAZ EMPREITEIRAS RENEGOCIAREM CONTRATOS COM O PODER PÚBLICO
- FIAT CHRYSLER DIZ QUE SERIA "IRRACIONAL" DESISTIR DE ACORDO COM GM
- COM DÉFICIT FISCAL, DÓLAR ABRE EM ALTA ANTE O REAL; BOLSA CAI
- ECONOMISTAS PIORAM PROJEÇÃO PARA O PIB DE 2015 E 2016
- INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO JÁ ENFRENTA DOIS ANOS DE QUEDA
- DESEMPREGO NA ZONA DO EURO SURPREENDE E CAI PARA 10,9% EM JULHO
- BOLSAS CAEM NA CHINA COM DESACELERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PAÍS
- COM NOVA LEI, LIBERAÇÃO PARA PEQUENAS USINAS DEVE CRESCER 550% NESTE ANO
- VENDA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CAI EM AGOSTO, SETOR VÊ FUNDO DO POÇO
- CADE APROVA COMPRA DE 15% DA ARMCO PELA CSN

- DIRETORA DO FMI PREVÊ CRESCIMENTO ECONÔMICO GLOBAL MAIS FRACO QUE O ESPERADO
- FUTURO DAS FERROVIAS NO BRASIL: A LIGAÇÃO INTERMODAL É UM DESAFIO QUE VERÁ AVANÇOS NOS PRÓXIMOS ANOS
- CRISE DE PESSIMISMO É CRIME CONTRA O PAÍS, DIZ PRESIDENTE DA ANFAVEA
- FIAT CHRYSLER DIZ QUE SERIA "IRRACIONAL" DESISTIR DE ACORDO COM GM
- METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES SÃO INSUFICIENTES, REVELA ESTUDO
- INDÚSTRIA COMEÇA A SUBSTITUIR INSUMOS IMPORTADOS
- AFIF DIZ QUE O BRASIL É UM PAÍS COMPLICADO PARA ABRIR EMPRESA
- ACREDITE SE QUISER
- DAIMLER CORTA PRODUÇÃO E SALÁRIOS, MAS EMPREGOS SÃO MANTIDOS
- PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO VOLTARÁ A CAIR PARA MENOS DE US\$ 50
- RETORNO AO CRESCIMENTO E AUMENTO DA PRODUTIVIDADE SÃO PRIORIDADES PARA AS MINERADORAS, INDICA ERNST & YOUNG

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 01/09/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,670	3,671
<b>Euro</b>	4,134	4,135

Fonte: BACEN

### Acordo com sindicato encerra greve na Mercedes-Benz

01/09/2015 - Fonte: Automotive Business



Em assembleia realizada na manhã da segunda-feira, 31, os metalúrgicos da Mercedes-Benz aprovaram o acordo negociado entre a empresa e o sindicato que reverte as 1,5 mil demissões anunciadas no último dia 7. Os cerca de 7 mil trabalhadores presentes na votação aprovaram as medidas por unanimidade, o que colocou fim à greve na unidade, que durou sete dias.

A empresa concordou em aderir ao PPE, Programa de Proteção ao Emprego, que concederá redução de 20% da jornada de trabalho por nove meses, entre 1º de setembro de 2015 a 31 de maio de 2016, mais a redução de 10% dos salários para todos os 10 mil trabalhadores da fábrica, horistas e mensalistas.

Os outros 10% complementares serão financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), conforme determina o programa. O PPE garantirá aos trabalhadores 12 meses de estabilidade no emprego. A Mercedes-Benz é a primeira montadora a divulgar sua adesão ao programa.

Os trabalhadores também concordaram com o congelamento da tabela salarial até dezembro de 2016 e a aplicação de apenas 50% da inflação (INPC) sobre os salários na data-base de maio e a outra metade paga em forma de abono, em duas parcelas, no valor total de R\$ 3 mil.

“Foi uma negociação dura que chegou a um resultado final positivo após o esforço conjunto dos trabalhadores, do Sindicato e também da empresa. Revertemos as demissões com o PPE, que é o programa certo para dar conta da situação de crise atual”, afirma o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Rafael Marques.

“Estamos felizes pelas famílias e pelos nossos funcionários, que terão a garantia de emprego até o próximo ano. Isso representa um fôlego tanto para a empresa quanto para os colaboradores diante de uma forte crise econômica no País”, afirma Philipp Schiemer, presidente e CEO da Mercedes-Benz.

“As expectativas de vendas para o mercado de veículos comerciais em 2015 continuam negativas e não existe nenhuma previsão de recuperação no próximo ano. Nesse sentido, o País precisa de medidas para sair da recessão, controlando a alta inflação e as elevadas taxas de juros, retomando o crescimento econômico e despertando a confiança dos investidores para realizar novos negócios”.

“A falta de estabilidade política e econômica gera uma desconfiança dos clientes, que deixam de investir no mercado brasileiro. Essa situação, se não resolvida, continuará ameaçando as empresas e a manutenção de empregos no País”, completa o executivo.

## **Metalúrgicos da Volkswagen retornam ao trabalho**

01/09/2015 - Fonte: Automotive Business



Os metalúrgicos da fábrica da Volkswagen em Taubaté, no interior paulista, retornaram ao trabalho na segunda-feira, 31, após 12 dias de greve. A paralisação foi deflagrada a partir do anúncio de 43 demissões na unidade, onde são fabricados os modelos Gol, Up e

Voyage. Empresa e sindicato chegaram a um acordo que prevê a reversão das dispensas e a abertura de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) válido até 11 de setembro, além de um Programa de Aposentadoria Antecipada.

Este e mais 16 itens foram aprovados pelos metalúrgicos em assembleia realizada na sexta-feira, 28. Segundo o sindicato dos metalúrgicos de Taubaté, o PDV concede incentivos no valor de cinco a 15 salários, dependendo do tempo de serviço do funcionário. Para empregados com comprovação de doenças ocupacionais, há um adicional de um salário por ano de casa.

O acordo também determina a Participação de Lucros e Resultados (PLR) para 2015, entre R\$ 13.375 e R\$ 16,3 mil. O piso salarial ficou acordado em R\$ 1.650. Quando houver necessidade de readequação do quadro de pessoal, a montadora se comprometeu a adotar outras medidas, como layoffs e o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). A empresa informa que o número de trabalhadores excedentes chega a 500 entre os 5 mil funcionários da fábrica.

"A Volkswagen do Brasil vê com satisfação a aprovação do novo acordo coletivo por seus empregados para a fábrica de Taubaté. Empresa e sindicato chegaram a uma proposta balanceada, que possibilitará a adequação necessária da estrutura de custos e efetivo da unidade", informa a montadora em comunicado.

## Anfavea quer estar perto de associações

01/09/2015 - Fonte: Automotive Business



Entidades ligadas ao setor automobilístico como Abac, Anfavea, Fenabrave, Fenauto e Sindipeças devem encontrar-se com mais frequência para discutir soluções que ajudem a indústria a atravessar o momento atual. "Precisamos fazer reuniões periódicas", afirmou o presidente da Anfavea, Luiz Moan, durante o 1º Encontro Estratégico das lideranças do Setor Automotivo.

O executivo voltou a citar a taxa brasileira de habitantes por veículo (cerca de 5, ante 3 na Argentina e México) e diz que ainda há muito espaço para crescer em regiões geográficas como o Centro-Oeste e o Norte. Moan acredita na retomada do mercado no segundo semestre de 2016: "Temos de trabalhar onde há espaço para crescer", recorda.

Durante o encontro, o diretor da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), Leandro Vilain, falou a respeito das medidas que facilitam a retomada dos veículos de quem está inadimplente e informa que ainda é preciso avançar muito na questão.

"Hoje há um ônus muito grande para o consumidor (em forma de juros elevados e restrição ao crédito) pela dificuldade de retomar o bem."

O presidente do Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores), Paulo Butori, recordou que seus associados também passam por dificuldade de aprovação de crédito e sugeriu: "A Febraban deveria participar mais da vida financeira das empresas."

Outros pontos defendidos por Butori para a recuperação do setor são a desoneração da folha de pagamento e a inspeção técnica veicular: "Ela gera mercado para concessionárias e oficinas", diz. O executivo lembra ainda que a desvalorização cambial como a que ocorre hoje poderá servir de "fagulha" para impulsionar o setor, como em 2009.

O presidente da Abac (Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio), Paulo Roberto Rossi, acredita que essa modalidade de venda pode ajudar a recuperar o setor automotivo se estiver mais presente nas estratégias comerciais das montadoras e concessionários.

A venda de novas cotas de consórcio para automóveis cresceu mais de 15% no acumulado de janeiro a julho no confronto com os mesmos meses de 2014.

Entre as propostas de estímulo ao setor apresentadas pelo presidente da Fenauto (Federação Nacional das Associações de Revendedores de Veículos Automotores), Ilídio Gonçalves dos Santos, estão um programa de renovação de frota e a facilitação ao crédito.

Santos pediu também a desburocratização nas negociações de veículos, o que será atendido em alguns meses pelo Renav, e novo registro eletrônico de veículos usados que passa a valer em março de 2016 e reduzirá em R\$ 980 o custo de uma operação de venda de veículo usado.

## **Venda de usados será menos burocrática**

01/09/2015 - Fonte: Automotive Business

O ministro das Cidades, Gilberto Kassab, e o ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, anunciaram na segunda-feira, 31, a criação do Registro Nacional de Veículos em Estoque (Renave).

O nome foi dado a um futuro módulo eletrônico que vai extinguir o livro físico de registro e viabilizar a escrituração eletrônica do movimento de entrada e saída de veículos em concessionárias e revendas no momento da negociação de carros usados. O início da utilização do Renave está previsto para 1º de março de 2016 e resultará na redução de gasto de R\$ 980 por veículo negociado.

O novo registro foi publicado como deliberação no Diário Oficial em 31 de agosto. Em setembro surgirá como uma nova resolução do Conselho Nacional de Trânsito. A medida resultará em desburocratização, formalização, aumento da segurança do processo e deverá entrar em vigor a partir de março de 2016.

As lojas, revendas ou concessionárias que negociam usados poderão fazer o registro de entrada e saída de veículos em estoque por via eletrônica diretamente no órgão de trânsito responsável pelo licenciamento.

"A venda do veículo dará baixa imediata no estoque", explica Afif Domingos. O presidente da Anfavea, Luiz Moan, declarou: "Esse ato tem imensa validade para nós." Ele acredita que a medida tende a reduzir o preço final dos usados e que a desburocratização irá facilitar a entrada de veículos de segunda mão como parte do pagamento.

Quando o Renave estiver em uso, no momento em que um consumidor negociar seu usado em um estabelecimento ou entregá-lo como parte da entrada para adquirir outro novo, o simples registro eletrônico feito pela revenda ou concessionária passará a comprovar a transferência de domínio dos veículos.



Com o cadastro, o novo comprador receberá o usado com nota fiscal, com consequente formalização da garantia do produto por três meses. Infrações de trânsito serão atribuídas a quem tiver o domínio do veículo na data em que ocorreram.

As transações entre particulares (de uma pessoa física para outra) não terão mudança. O anúncio do Renave foi feito durante o 1º Encontro Estratégico das Lideranças do Setor Automotivo, que também teve a presença de Alarico Assumpção Filho, presidente da Fenabrave.

## **Brasil amplia acordo automotivo com Uruguai**

01/09/2015 - Fonte: Automotive Business



O Brasil fecha um novo acordo automotivo com o Uruguai que permitirá às montadoras a exportação de 25% mais veículos leves sem a incidência do imposto de importação do país vizinho, de acordo com nota divulgada na segunda-feira, 31, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Na prática, significa que as montadoras brasileiras poderão vender mais e em um prazo menor, uma vez que o novo volume com isenção de alíquota, de 10.056 unidades, seja exportado até 31 de dezembro deste ano. O acordo anterior previa a exportação de 8.504 veículos leves entre 1º de julho de 2015 e 31 de junho de 2016.

As empresas importadoras brasileiras também terão direito a uma cota de US\$ 49,7 milhões, geradas a partir do desempenho importador verificado no último período do acordo. Brasil e Uruguai estabeleceram ainda um Plano de Trabalho, que tratará, entre outros pontos, do aumento da integração produtiva entre os dois países.

Pelo novo acordo, as exportações de autopeças com isenção de alíquotas ficam inalteradas, com valor limite de US\$ 99,6 milhões. A medida tem vigência imediata, mas é provisória. As regras definitivas serão discutidas entre os dois governos nos próximos três meses: sendo duas videoconferências programadas entre equipes técnicas e uma reunião presencial em outubro. A previsão é de que um último encontro visando a conclusão do acordo seja feito em 11 de novembro.

No comunicado, o MDIC acrescenta que o novo acordo firmado entre Brasil e Uruguai faz parte do esforço da pasta para ampliar o acesso da indústria automotiva brasileira a mercados externos, em articulação com a iniciativa privada, a fim de manter a produtividade das fábricas instaladas, além de assegurar os níveis de emprego e renda.

Em 2015, o governo brasileiro já fechou acordos automotivos com o México e com a Argentina.

Nesta semana, o governo brasileiro deve se reunir com a representante da Indústria da Colômbia, Cecilia Álvarez-Correa, na tentativa de fechar um acordo com o país. Outras frentes visam acordos com o Peru e com a União Aduaneira da África Austral (Sacu).

## **Chevrolet cria site para vender peças para oficinas**

01/09/2015 - Fonte: Automotive Business



A General Motors é a primeira montadora a lançar um site voltado à venda de peças originais aos reparadores independentes de veículos. O Peça Chevrolet traz o catálogo digital de componentes de todos os modelos da marca vendidos no Brasil desde 1964, incluindo os importados.

Segundo a fabricante, após escolher os itens que deseja comprar, o reparador seleciona uma autorizada e solicita o orçamento. O valor, o frete e a forma de pagamento são negociados diretamente com a concessionária por um chat oferecido no próprio site. A ferramenta permite o envio de texto e imagens das peças.

Todos os itens oferecidos na plataforma têm certificado de originalidade e venda restrita às oficinas. Marcelo Santiago, gerente de e-commerce da GM no Brasil, aponta que o site garantirá mais agilidade aos profissionais do aftermarket.

“Quanto mais rápido é feito o conserto do veículo do cliente, mais satisfeito ele fica, e abre-se espaço para poder atender um outro carro e, assim, ampliar a receita do estabelecimento”, avalia.

Na primeira etapa o Peça Chevrolet tem apenas três concessionárias credenciadas: em Sorocaba, Bebedouro e em São José dos Campos, todas em São Paulo. A companhia pretende ampliar a rede rapidamente com o cadastramento de outras revendas na ferramenta.

## **Nissan comemora 100 mil unidades vendidas do March**

01/09/2015 - Fonte: Automotive Business



A Nissan alcançou a marca de 100 mil unidades vendidas do March. O compacto foi o primeiro modelo a marcar a ofensiva da companhia para ganhar participação no mercado nacional e começou a ser oferecido aos consumidores em setembro de 2011. Desde então a linha, que era importada do México, já foi renovada e, em abril de 2014, passou a ser produzida no complexo industrial da montadora em Resende (RJ).

Hoje o carro chega ao mercado com duas opções de motor, 1.0 e 1.6, e seis configurações de acabamento. Os preços partem de R\$ 36.990. Do total vendido no Brasil, cerca de 30 mil unidades são da versão nacional.

Apesar da queda do mercado de veículos em 2015, as entregas do Nissan March cresceram 25,5% entre janeiro e julho na comparação com o mesmo período de 2014. Foram emplacadas 14,2 mil unidades do carro no período e ele subiu da 32ª para a 30ª posição no ranking dos automóveis mais vendidos no Brasil.

### **Avis Budget anuncia expansão da frota de carros para locação**

01/09/2015 - Fonte: Automotive Business

A Avis Budget investe para ampliar sua frota no Brasil e atender a demanda por locação de veículos. A empresa, que tem 55 lojas espalhadas pelo País, já comprou 350 carros zero quilômetro da Ford e da Hyundai. A ideia é manter bom ritmo de compras mensais até o fim de 2015.

“Estamos investindo em veículos novos, infraestrutura de instalações, tecnologia e desenvolvimento organizacional porque acreditamos no potencial do mercado brasileiro e queremos acelerar o crescimento de nossa receita.”, declarou em comunicado Joe Ferraro, presidente da Avis Budget para as Américas.

### **Editorial : Um zumbi tributário**

01/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

É assustadora a capacidade do governo federal de tentar tirar mais dinheiro da população em um dos piores momentos da vida econômica nacional, quando pessoas e empresas estão amargando forte recessão, queda nos lucros, diminuição da renda familiar, inflação em alta e empobrecimento visível.

Assustadora também é a incapacidade do governo de reduzir o inchaço da máquina pública e seus privilégios.

A situação fica pior diante de uma carga tributária efetivamente arrecadada – já que a carga nominal é muito maior –, correspondente a quase 37% do Produto Interno Bruto (PIB), e que não para de crescer, com os tributos aumentando em todos os anos.

Vários reajustes já foram realizados em 2015 e, mesmo assim, o Palácio do Planalto tentou ressuscitar a malfadada CPMF – o chamado “imposto do cheque” – e pretende elevar o imposto sobre herança e o imposto sobre doações, além da intenção de criar um imposto sobre grandes fortunas.

Chega a ser estranho que o governo Dilma Rousseff se disponha a seguir por esse caminho poucos dias depois de haver aumentado a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20% sobre os lucros dos bancos.

Parece que o governo não consegue entender que banco não paga imposto algum; tudo acaba transferido para as pessoas e as empresas que tomam empréstimos.

Pois mesmo assim a ideia de recriar a CPMF está posta – apesar de, neste momento, o governo ter decidido por um recuo tático temporário, graças ao risco de elevar perigosamente o grau de irritação da população no momento em que todos, menos o governo, estão apertando duramente suas contas.



A carga tributária brasileira bateu no teto e está prejudicando o dinamismo da economia.

A CPMF deixou de ser cobrada em 2007, mas se mostra um zumbi difícil de exterminar definitivamente. Usando um argumento aparentemente nobre – trazer mais dinheiro para o sistema de saúde –, o governo volta e meia tenta recriar o imposto.

Houve tentativas em 2008 e 2011; a nova proposta, que durou até a semana passada, era impor a alíquota de 0,38% sobre as movimentações financeiras a fim de arrecadar em torno de R\$ 80 bilhões em 2016 (o equivalente a 1,3% do PIB).

Diante da tragédia financeira que se abateu sobre o orçamento do setor público – uma consequência da recessão causada, a bem dizer, pelos erros do próprio governo –, o sistema governamental deveria também participar do sofrimento já imposto às pessoas e às empresas, reduzindo a máquina pública e cortando privilégios.

Além de todos os males causados à economia por mais impostos em momento recessivo, é preciso lembrar que, quando a manutenção da CPMF, proposta pelo governo Lula, foi rejeitada em 2007, vários aumentos tributários foram feitos para compensar a derrota.

Na época, se aprovada, a CPMF daria em torno de R\$ 40 bilhões por ano ao governo. Com a reprovação da proposta no Congresso, o governo aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), elevou a CSLL sobre o lucro dos bancos de 8% para 15% e mexeu em outros tributos, e a arrecadação foi aumentada em R\$ 21 bilhões.

A CPMF não foi recriada, mas o governo fez aumentos tributários equivalentes a metade da CPMF. Portanto, não é verdadeira a afirmação de que o orçamento público perdeu R\$ 40 bilhões.

O governo Dilma tentou a artimanha de propor a recriação da CPMF com repasse de 10% do total arrecadado (em torno de R\$ 8 bilhões) para estados e municípios.

O governo Dilma queria apenas o apoio político de prefeitos e governadores por meio de pressão sobre seus deputados para votarem a favor do novo tributo.

A população dá sinais de ter esgotado sua tolerância com aumentos na carga tributária, que ameaça atingir os 40% do PIB, e com o fato de que o governo age como se somente pessoas e empresas devessem pagar o preço da crise e do desequilíbrio financeiro do setor público.

Mesmo que, neste momento, a ideia de recriar a CPMF tenha sido posta de lado pelo governo em razão da possível rejeição no próprio Congresso, o projeto não foi abandonado completamente.

Em algum momento futuro, a proposta vai voltar pelas mãos do atual governo ou dos próximos, transformando a CPMF num zumbi que insiste em não morrer e periodicamente volta a assombrar a sociedade. A questão essencial se resume a dois pontos.

Primeiro, a carga tributária brasileira bateu no teto e está prejudicando o dinamismo da economia.

Segundo, o governo é parte da sociedade e também deveria participar dos sacrifícios diante da gravidade da crise, em vez de tentar enfiar a mão pesada no bolso do povo para cobrir os rombos dos tesouros públicos.

## **Mais uma forte explosão é registrada em zona industrial na China**

01/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Semanas após a dupla explosão que deixou mais de 150 mortos e 800 feridos na cidade de Tianjin, um episódio semelhante assustou a cidade de Shandong. Um forte estouro e um incêndio foram registrados na zona industrial de Lijin, sendo sentido a mais de 2 km de distância. Não se sabe ainda se há feridos.

Em imagens divulgadas nas redes sociais, usuários contam que a explosão ocorreu no final da noite (local). De acordo com o "People's Daily", não houve confirmação imediata de vítimas. No Weibo, uma espécie de Twitter chinês, vídeos mostraram um forte estouro, como em Tianjin.

No caso de Tianjin, tida como um dos piores acidentes industriais da História do país, o manuseio errado de produtos químicos e explosivos gerou uma sequência de explosões que chegaram a lançar destroços contra áreas a quilômetros de distância.

## **Governo prevê salário mínimo de R\$ 865,50 em 2016**

01/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O governo estima que o salário mínimo, hoje em R\$ 788, será elevado para R\$ 865,50 no ano que vem e chegará a R\$ 1.020,80 em 2019, primeiro ano do próximo governo.

Os prognósticos foram incluídos na proposta para o Plano Plurianual, que estabelece as prioridades de investimento para os próximos quatro anos. O projeto foi encaminhado nesta segunda-feira (31) pelo governo para o Congresso junto à proposta da lei orçamentária para 2016.

Por lei, o reajuste do salário mínimo tem que ser feito com base na inflação apurada no ano anterior e na variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

### **Orçamento**

O governo entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), nesta segunda-feira (31), a proposta de Orçamento da União de 2016 com a previsão de déficit primário de R\$ 30,5 bilhões, o que representa 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto).

A peça foi apresentada pelos ministros Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento). "Devido ao cenário de receitas e, mesmo após o nosso esforço de contenção do crescimento de gastos tanto obrigatórios quanto discricionários, ainda assim, não será possível cumprir a nossa meta anterior de resultado primário que era de R\$ 34 bilhões.

Diante do novo cenário de receitas e despesas, nós teremos nossa previsão, para o próximo ano, de um déficit primário de R\$ 30,5 bilhões", anunciou Barbosa.

## **Crise faz empreiteiras renegociarem contratos com o poder público**

01/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A nova realidade econômica do Brasil, com queda do Produto Interno Bruto (PIB) e ajuste fiscal, tem elevado o número de processos de rescisões e renegociações contratuais entre empresas e o poder público.

Os problemas atingem tanto negócios privados envolvendo compra e produção de mercadorias como obras de infraestrutura dos governos federal, estadual e municipal.

Algumas brigas têm ido para câmaras de arbitragem e devem demorar meses para serem resolvidas.

Na área de infraestrutura, as discussões em torno dos contratos estão baseadas em uma série de reclamações. Uma delas é o atraso no pagamento de obras executadas, que tem se tornado uma rotina nos últimos meses, especialmente no governo federal por causa do ajuste fiscal em andamento.

Além disso, as construtoras se queixam de mudanças nos projetos, que elevam o custo do empreendimento. No passado, esses aumentos eram facilmente repassados para os contratos por meio de aditivos. Mas, com a Operação Lava Jato, esse instrumento se tornou mais difícil de ser aprovado.

O caso mais visível de rescisão até o momento foi o da espanhola Isolux Corsán. Nas últimas semanas, a empresa teve contratos rompidos com o governo de São Paulo (Linha 4 do Metrô) e com o governo federal (obras na BR-381) por causa de atraso em pagamentos, expansão de cronogramas e desequilíbrio dos contratos.

Agora outro consórcio pode seguir o mesmo caminho nas obras do Monotrilho da Linha 17 Ouro (SP). Segundo fontes do mercado, o grupo – formado por Andrade Gutierrez e CR Almeida – tem feito reuniões constantes com o governo paulista para dar equilíbrio econômico-financeiro ao contrato – ou seja, rever os valores da obra.

Dos 17,7 quilômetros (km) de extensão do projeto, apenas 8,3 km estão prontos. O prazo de conclusão, que era de 24 meses, já passa de 50 meses. A dilatação do prazo, segundo fontes, tornou o contrato insustentável. Até semana passada, apenas 47% das frentes de trabalho haviam sido liberadas para obras por causa de dificuldade na desapropriação das áreas e no licenciamento ambiental.

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos afirmou que a prioridade, neste momento, é concluir os trechos em obras antes de avançar para novas frentes de trabalho. A medida, no entanto, não resolve o problema do contrato. Fontes afirmam que um processo de rescisão contratual já está em andamento. Procurada, a Andrade Gutierrez disse que não comentaria o assunto por questões contratuais com o cliente.

### **Custos**

“A redução de ritmo de uma obra impacta instantaneamente os custos indiretos da empresa, que estão com falta de caixa, menos crédito e, portanto, sem capital de giro. Chega num ponto que não há como não renegociar o contrato”, afirma o advogado Leonardo Moreira de Souza, da Azevedo Sette Advogados.

Hoje ele trabalha em três processos de arbitragem e um na esfera administrativa. As discussões envolvem a revisão ou reequilíbrio dos contratos por causa de defasagem de preços, aumento do escopo do projeto e inadimplência do poder público.

É o que tem ocorrido com as obras de Angra 3, cujos pagamentos estão em atraso. Cinco construtoras do consórcio Angramon (Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Techint) já haviam pedido para deixar o grupo por causa da inadimplência da estatal – que superava 130 dias. Mas oficialmente as construtoras continuam no consórcio, aguardando um posicionamento da Eletronuclear, empresa responsável por Angra 3.

Desde o dia 7 de agosto as obras estão praticamente paradas, apenas com o efetivo mínimo para não caracterizar abandono do projeto. Segundo fontes, a rescisão é a alternativa mais provável. A Angramon, no entanto, afirmou que não pediu a rescisão.

Mas, se confirmada a saída das cinco construtoras, o consórcio ficaria apenas com Empresa Brasileira de Engenharia e UTC, também com problemas por causa da Lava Jato.

### **Contencioso**

“O volume de contencioso aumentou muito nos últimos meses”, observa o advogado, Robertson Emerenciano, sócio do escritório Emerenciano, Baggio e Associados. Ele conta que há pelo menos 9 casos de rescisão ou renegociação de contratos em andamento no escritório em várias áreas. Muitas empresas o procuram para saber como sair de uma relação com altos valores envolvidos, mas que está com algum desequilíbrio.

O advogado afirma ainda que a Operação Lava Jato tem provocado um efeito em cascata no setor. Empresas que foram subcontratadas não receberam dos estaleiros, que estão em discussão com a Petrobras. Sem receber, essas companhias também deixam de pagar seus fornecedores.

“Há uma ruptura grave. A empresa não recebe do estaleiro e não paga o resto da cadeia. A solução muitas vezes vai parar na Justiça”, afirmou. Outras vezes a briga termina numa câmara de arbitragem, onde os processos demoram meses ou anos para serem resolvidos.

## **Fiat Chrysler diz que seria “irracional” desistir de acordo com GM**

01/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Seria “irracional” a Fiat Chrysler Automobiles (FCA) não perseguir a fusão com a rival General Motors (GM) e criar uma companhia que pode gerar US\$ 30 bilhões por ano em caixa, disse em entrevista a um jornal o presidente-executivo da FCA, Sergio Marchionne.

O Conselho da GM rejeitou uma proposta de fusão da montadora ítalo-americana mais cedo neste ano. A rejeição não impediu Marchionne de trabalhar no plano e fazer lobby junto aos investidores da GM em um esforço para levar o Conselho da GM à mesa de negociações, disseram fontes à Reuters em junho.

Em uma entrevista publicada no domingo no site Automotive News, Marchionne disse ter estudado cada detalhe do acordo que pode resultar em “mudanças cataclísmicas no desempenho”, mas que não foi capaz de começar a discussão com a GM. “Seria irracional não forçar uma parceria”, disse.

A questão encarada pelo Conselho da FCA no momento é que “um ataque à GM, adequadamente estruturado, adequadamente financiado, não pode ser recusado. Você pode jogar duro até um certo ponto”, disse Marchionne.

### **“Abraço”**

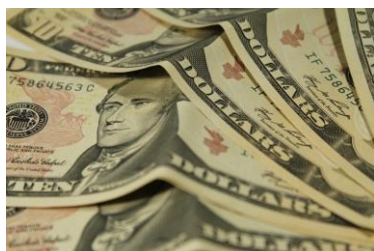
Perguntado se isso significava que a FCA estava considerando uma oferta hostil, Marchionne respondeu: “Não hostil. Há graus variados de abraço (por exemplo). Eu posso te abraçar agradavelmente, eu posso te dar um abraço apertado, posso te dar um abraço de urso, eu posso realmente te abraçar. Tudo começa com o contato físico. Aí ele pode degradar, mas ele começa com um contato físico.”

Marchionne disse ainda que a FCA recebeu aproximações de outras parcerias em potencial, porém declarou que a GM permanece como opção preferida da empresa. “Há pessoas que estão interessadas em fazer acordos.

“Mas eu não estou interessado em fazer acordo com elas, porque há um acordo melhor”, concluiu.

## **Com déficit fiscal, dólar abre em alta ante o real; Bolsa cai**

01/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A decisão do governo de mandar um Orçamento prevendo déficit primário para o Congresso foi mal recebida pelos mercados nesta segunda-feira (31). O dólar iniciou a sessão em alta em relação ao real, precisando, além do problema fiscal, o viés positivo da moeda norte-americana ante divisas emergentes e ligadas a commodities nesta manhã.

Na abertura, o dólar à vista no balcão exibiu valorização de 1,79%, negociado a R\$ 3,6470. No início da tarde, a alta desacelerou para 1,2%, a R\$ 3,629 na venda. Na máxima da sessão, o dólar subiu 2,77%, a R\$ 3,6845, maior nível intradia desde 16 de dezembro de 2002, quando foi a R\$ 3,70.

A Bovespa abriu em forte queda. Às 10h20, o Ibo vespa, seu principal índice, recuava 2,3%. A queda foi amenizada no início da tarde. Perto das 14 horas, o índice recuava 1,85%.

A proposta do orçamento do ano que vem deve conter um déficit primário da ordem de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) - próximo de R\$ 30 bilhões. Com a decisão, tomada após o governo abandonar a ideia de recriar a CPMF, por não encontrar respaldo para o projeto nem no Congresso nem entre empresários, a meta de superávit primário de 2016, de 0,7% do PIB, será reduzida novamente.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, manifestou preocupação com a exposição do rombo, por considerar que ele pode levar o Brasil a perder o grau de investimento.

## **Economistas pioram projeção para o PIB de 2015 e 2016**

01/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os economistas ouvidos pelo Banco Central (BC) na pesquisa Focus mais uma vez reduziram as perspectivas para o PIB. A projeção para o resultado da atividade econômica neste ano caiu pela sétima semana seguida, passando de -2,06% para -2,26%. Para 2016, a previsão piorou pela quarta semana consecutiva: em vez de um recuo de 0,24%, como previsto no último boletim, agora, espera-se uma baixa de 0,40%.

Já a projeção para a inflação de 2015 foi aliviada pela segunda semana seguida, após uma maratona de 17 altas consecutivas. O número, no entanto, ainda é muito alto: 9,28%. A expectativa para o ano que vem, por outro lado, foi elevada pela quarta semana, a 5,51%.

A queda de 1,9% no PIB do segundo trimestre deste ano, divulgada na última sexta-feira pelo IBGE, foi maior do que a prevista por analistas. Isso levou a revisões imediatas do resultado para o ano. Logo após a divulgação do instituto, bancos e consultorias anunciaram novos números: o pior deles prevê que a atividade econômica encolherá 2,7% este ano. A piora nas projeções da pesquisa Focus, no entanto, ainda não devem

ter capturado o impacto do resultado do PIB. Por isso, tendem a ser ainda piores no relatório que será divulgado na segunda-feira que vem.

A deterioração das projeções para o PIB de 2015 também puxa para baixo a expectativa para o ano que vem. Há apenas quatro semanas, a pesquisa do BC mostrava que a economia encolheria menos de 2% em 2015, com um recuo de 1,80%.

O dado referente a 2016 ainda aparecia no azul, com uma projeção de leve expansão da atividade econômica de 0,20%. Quando o número de deste ano ultrapassou a barreira dos 2%, com perspectiva de encolhimento de 2,01%, a projeção do ano seguinte também entrou no vermelho, em -0,15%.

Já a inflação de 2015 deu trégua pela segunda semana seguida. Em vez de 9,29%, a expectativa para este ano é que o IPCA fique em 9,28%. O relatório divulgado na semana passada mostrara, pela primeira vez desde abril, uma redução na expectativa para o índice oficial de preços este ano.

Por outro lado, houve piora pela quarta semana seguida na perspectiva para a inflação no ano que vem. Em vez de um IPCA de 5,50%, os economistas apostam que a taxa fique em 5,51% — acima da meta de inflação do Banco Central, que é de 4,5%, podendo variar dois pontos para cima ou para baixo.

Em relação ao dólar, o relatório Focus mostrou a manutenção da taxa de câmbio prevista tanto para o fim de 2015 quanto para 2016. Depois de cinco altas seguidas, os economistas mantiveram em R\$ 3,50 o valor esperado para a moeda americana em dezembro deste ano. Já para o ano que vem, a previsão foi mantida pela segunda semana consecutiva em R\$ 3,60.

A taxa básica de juros, a Selic, deve ser mantida no atual patamar, de 14,25%, segundo os economistas, que não alteraram essa projeção pela quinta semana seguida. Para o ano que vem a pesquisa mostrou manutenção da expectativa em 12%. O Comitê de Política Monetária (Copom) vai se reunir nesta semana.

## **Indústria de transformação já enfrenta dois anos de queda**

01/09/2015 - Fonte: Portos e Navios

A recessão se generalizou no segundo trimestre, mas tornou também mais evidente a longa crise da indústria - e dos investimentos - no país. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida das contas nacionais do que se investe em máquinas, equipamentos, construção civil e pesquisa) cai há oito trimestres consecutivos, sequência mais longa desde o início da série atual das Contas Nacionais, que teve início em 1996. Entre abril e junho, o recuo foi de 8,1% na comparação com os três primeiros meses do ano e de 11,9% em relação ao segundo trimestre de 2014.

Com o desempenho bastante dependente dos investimentos, o Produto Interno Bruto (PIB) da indústria de transformação também encolhe há oito trimestres.

Para Julio Gomes de Almeida, professor da Unicamp, chama a atenção o espalhamento da crise. "A construção está sofrendo de tudo que é lado. A indústria está sofrendo de tudo que é lado. Talvez nunca tenhamos tido, com exceção de episódios muito marcantes, como as crises de 1929 ou 2009, uma generalização tão grande da recessão. Isso que dá esse sabor tão amargo na boca de todo mundo que comenta a cena brasileira."

Segundo análise do Centro de Estudos do Instituto Ibmecc (Cemec), existem fortes razões para acreditar que o principal fator para a recessão da economia doméstica hoje é queda



forte dos investimentos, "seja por seu efeito direto sobre a demanda, seja pelo seu efeito multiplicador de renda".

A partir da consolidação dos balanços de todas as 320 companhias abertas não-financeiras e de mais de 400 empresas fechadas, estudo do Cemec, dirigido por Carlos Antônio Rocca, sugere que a queda se concentrou no investimento privado, principalmente na indústria de transformação e naquelas que sofrem influência de políticas públicas, caso da Petrobras e Eletrobras.

"Sem dúvida, o quadro de atividade que a gente observa é fruto das diretrizes de política econômica nos últimos anos até 2014. É um equívoco acreditar que as decisões tomadas em 2015 são as responsáveis", comenta Alexandre Bassoli, economista-chefe do Opportunity. Para ele, a longa e intensa recessão dos investimentos resulta de dois fatores.

De um lado, medidas que reduziram a produtividade da economia, como nível maior de protecionismo econômico, participação maior de bancos públicos no crédito e maior intervenção do governo no sistema de preços. "Todos esses fatores, aparentemente, produziram redução da eficiência da economia, e tiveram efeitos negativos sobre a produtividade."

O segundo aspecto, diz Bassoli, é a piora da previsibilidade do ambiente macroeconômico, com aumento da inflação e redução da geração de superávits primários.

Bráulio Borges, da LCA Consultores, pondera que também a Operação Lava-Jato teve grande efeito sobre a derrubada do investimento neste ano. Apenas o PIB da construção, lembra, caiu 8,2%, responsável por 0,4 ponto percentual da queda de 1,9% do PIB no segundo trimestre "A gente só vai ter ideia mais clara do quanto os efeitos diretos e indiretos da investigação tiraram do PIB a posteriori, mas faz sentido esperar que o impacto seja considerável", comenta.

O cenário da LCA está em revisão, mas as estimativas atuais são de que metade da queda de 2,2% esperada para o PIB no ano venha da Lava-Jato. Outro 0,8 ponto percentual, diz Borges, pode ser atribuído à queda de 20% da produção da indústria automotiva.

É por isso que, no ano que vem, diz o economista, o PIB pode ter desempenho melhor do que espera hoje a média do mercado. "O setor automotivo deve se estabilizar ano que vem, ainda que em nível muito baixo, mas já deixa de atrapalhar." Antes da divulgação pelo IBGE, a LCA estimava alta de 0,6% do PIB em 2016.

Cristiano Oliveira, economista-chefe do Fibra, avalia que o cenário é bem mais negativo. Ele projeta queda de 3,1% do PIB neste ano e retração de 1% no ano que vem. Em sua avaliação, uma das consequências mais negativas da queda nos investimentos é a retração do produto potencial do país.

Nas contas do Fibra, que leva em consideração a média de dois modelos, o PIB potencial chegou a 1,2% no segundo trimestre deste ano, contra uma média de 3,2% nos últimos dez anos.

"Infelizmente, ainda não parece que estamos próximos a um ponto de inflexão, e o Brasil não vai sair dessa recessão pelo consumo", diz Bassoli, do Opportunity. Para ele, é essencial criar as condições para retomada do investimento, com redução do nível de incerteza, o que ainda não está dado. Por isso, diz, o PIB pode cair neste e no próximo ano.

## **Desemprego na zona do euro surpreende e cai para 10,9% em julho**

01/09/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



O desemprego na zona do euro caiu inesperadamente para o menor nível em mais de três anos em julho, com uma forte queda no número da Itália.

A Eurostat, agência de estatísticas da União Europeia, informou nesta terça-feira (1º) que o desemprego na zona do euro caiu para 10,9% em julho, a primeira vez que fica abaixo de 11% desde fevereiro de 2012.

A taxa havia sido de 11,1% nos três meses anteriores e economistas não esperavam mudanças em julho, segundo pesquisa da agência de notícias Reuters.

Para a União Europeia, formada por 28 países, a taxa de desemprego atingiu 9,5%, o menor nível desde junho de 2011.

O número total de pessoas desempregadas na zona do euro caiu em 213 mil ante junho e em 232 mil na União Europeia como um todo.

O declínio no número de desempregados foi mais forte na Itália, com uma queda de 143 mil pessoas, após aumento de 45 mil em junho. Na Espanha, a queda foi de 57 mil.

## **Bolsas caem na China com desaceleração da indústria do país**

01/09/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



As ações asiáticas ampliaram as perdas nesta terça-feira (1º) depois que duas pesquisas mostraram que o setor industrial da China está passando pela pior desaceleração em vários anos, levantando novas questões sobre a saúde da economia do país.

Às 7h36 (horário de Brasília), o índice MSCI, que reúne ações da região Ásia-Pacífico com exceção do Japão caía 1,94%. O índice perdeu mais de 10% em agosto, o pior desempenho mensal desde 2012, com temores do contágio global pela desaceleração do ímpeto na China.

O Índice de Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês) oficial da China caiu para 49,7 em agosto, ante 50 no mês anterior, marcando a leitura mais fraca em três anos.

Separadamente, o PMI de atividade industrial da Caixin/Markit registrou leitura final de 47,3 em agosto, a menor desde março de 2009.

Sempre que a pontuação fica acima de 50, trata-se de aumento da atividade industrial. Quando fica abaixo, de contração.

"Recentes volatilidades nos mercados financeiros globais podem pesar sobre a economia real, e uma perspectiva pessimista pode se autoconcretizar", disse o economista-chefe da Caixin Insight Group, He Fan.

Os dados econômicos chineses acabaram afetando com força o desempenho da bolsa japonesa.

Em meio à desaceleração da economia, a China diminuiu na segunda-feira (31) o valor mínimo de entrada em imóveis —o mercado imobiliário responde por 15% da economia do país.

Às 8h40, a Bolsa de Londres caía 2,23%; Paris, 2,03%; Frankfurt, 2,47%; Madri, 1,97%; e Milão, 1,61%.

## FECHAMENTO DAS BOLSAS ASIÁTICAS

Em **Tóquio**, o índice Nikkei recuou 3,84%, para 18.165 pontos.

Em **Hong Kong**, o índice Hang Seng caiu 2,24%, para 21.185 pontos.

Em **Xangai**, o índice SSEC perdeu 1,28%, para 3.165 pontos.

O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em **Xangai** e **Shenzhen**, retrocedeu 0,13%, para 3.362 pontos.

Em **Seul**, o índice Kospi teve desvalorização de 1,40%, para 1.914 pontos.

Em **Taiwan**, o índice Taiex registrou baixa de 1,92%, para 8.017 pontos.

Em **Cingapura**, o índice Straits Times desvalorizou-se 1,32%, para 2.882 pontos.

Em **Sydney**, o índice S&P/ASX 200 recuou 2,12%, para 5.096 pontos.

## Com nova lei, liberação para pequenas usinas deve crescer 550% neste ano

01/09/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Regras recém-aprovadas sobre a instalação de pequenas centrais hidrelétricas devem destravar cerca de R\$ 50 bilhões em investimentos, estima a Abrapch, a associação de empresas do setor.

Publicada nesta segunda-feira (31) no "Diário Oficial da União", a lei estabelece que projetos entre 3 e 30 MW (megawatts) não precisam mais passar por apreciação minuciosa da Aneel.

Agora, a agência de energia irá aprovar um sumário do empreendimento, fixando-se na relação entre potencial hidrelétrico do rio e quanto a usina deverá gerar. Engenheiros que assinam o estudo se responsabilizarão perante a lei, diz Ivo Pugnaroni, presidente da Abrapch.

"Somados, os projetos que estavam parados na Aneel representam cerca de 7.000 MWs de energia", afirma. É cerca de metade da capacidade da usina de Itaipu. No mínimo 130 aprovações são esperadas por ele em 2015, 550% a mais em relação a 2014, quando foram 20.

A Electra, do Paraná, é uma das empresas do setor que esperam se beneficiar. "Há documentos que enviei faz oito anos", afirma o diretor Valmor Alves.

Empresários apontam outros gargalos, como demora no licenciamento ambiental e valor de venda da energia. "Nos últimos anos, o preço não atendeu os empreendedores", diz Charles Lenzi, da associação de energia limpa.

\*

### **Tecnologia tipo exportação**

A indústria nacional de tecnologia assistiva, que engloba próteses e equipamentos usados por pessoas com deficiência, será incluída no trabalho de apoio às exportações da Apex-Brasil (de fomento ao comércio exterior).

O país tem hoje uma fatia de 18% do mercado global, atrás de Estados Unidos e Alemanha. "A ideia é multiplicar essa participação e tentar fazer a indústria nacional virar líder [no segmento]", diz David Barioni Neto, presidente da agência.

Um plano de negócios que indicará potenciais mercados no exterior está em produção em parceria com a Abimo (de equipamentos médicos) e a Abridgef (de produtos e serviços para pessoas com deficiência).

Dados prévios mostram que ao menos 30 grupos brasileiros do setor têm capacidade de exportação.

No primeiro semestre deste ano, os embarques de produtos de acessibilidade apenas na área de saúde, como próteses, cresceram 33% em relação ao mesmo período de 2014, segundo a Abimo.

"O potencial é muito maior, pois empresas menores ainda têm dificuldades para exportar, como o custo de obtenção de certificações", diz Clara Porto, da associação. O plano setorial deverá ser finalizado em 60 dias.

**US\$ 46,7 milhões** foram as exportações brasileiras de tecnologia assistiva na área de saúde no primeiro semestre (cerca de R\$ 170 milhões)

**US\$ 35,1 milhões** foram as exportações no mesmo período de 2014

\*

### **Confiança do comerciante bate recorde negativo**

A confiança do comerciante brasileiro atingiu o menor patamar histórico pelo segundo mês consecutivo.

O indicador caiu 0,9% de julho para agosto e ficou em 82,2 (em escala de 0 a 200), de acordo com levantamento da CNC (Confederação Nacional do Comércio).

"Os problemas macroeconômicos se acentuaram bastante neste ano, com a inflação elevada e a taxa de juros para o consumidor em seu nível mais alto", diz Fabio Bentes, economista responsável pelo estudo.

O subíndice com pior desempenho foi o que mensura as condições atuais do comerciante, que marcou 43,2 pontos. As expectativas dos empresários, com 122,3, impediram que o resultado da pesquisa fosse ainda pior.

A CNC projeta a demissão de 122 mil trabalhadores do varejo neste ano. Em 2014, 153 mil postos haviam sido criados no setor.

"De 2007 para cá, não havia registro de fechamento de vagas no comércio", acrescenta o economista da entidade.

Ao todo, foram entrevistadas 6.000 pessoas em todas as capitais do país.

**69%** dos entrevistados afirmaram que a economia está muito pior hoje que no mesmo período de 2014

**24,7%** disseram que está um pouco pior

**0,9%** disseram que a economia está muito melhor neste ano

**5,5%** afirmaram que está um pouco melhor

## **Venda de material de construção cai em agosto, setor vê fundo do poço**

01/09/2015 - Fonte: Reuters

As vendas de materiais de construção no Brasil em agosto voltaram a cair na comparação anual, e a associação que reúne fabricantes do setor, Abrammat, afirmou que a indústria começou a dar sinais de que está chegando perto do fundo do poço.

Segundo os dados da Abrammat, as vendas de materiais no mês passado caíram 10,9 por cento sobre o mesmo período de 2014, avançando 4,1 por cento sobre julho. Com isso, o resultado no acumulado dos oito primeiros meses deste ano é de queda de 10,1 por cento.

O setor manteve a projeção de queda de 7 por cento das vendas em 2015 como um todo, previsão que foi piorada no início de agosto ante a expectativa da entidade no começo do ano de crescimento de 1 por cento.

"O mercado continua deprimido para os materiais, mas parece estar chegando ao fundo do poço", afirmou o presidente da entidade, Walter Cover, em comunicado à imprensa, citando fatores como estoques em queda e substituição de importações.

O setor de materiais para acabamento manteve em agosto tendência de queda maior nas vendas que o segmento de materiais de base diante da conclusão de projetos imobiliários de anos antes e fraqueza nos lançamentos de novos.

"Como prevíamos, as vendas de materiais de acabamento estão e devem continuar apresentando uma queda maior que os produtos de base nesse restante do ano, em função do final do ciclo imobiliário iniciado em 2012/2013", disse Cover.

Em agosto, as vendas de materiais de base caíram 7,8 por cento sobre o mesmo período de 2014. Já o segmento de acabamento teve queda de 15,6 por cento no faturamento na mesma comparação.

## **Cade aprova compra de 15% da Armco pela CSN**

01/09/2015 - Fonte: Reuters

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a aquisição pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de ações equivalentes a 15 por cento do capital da Armco, que atua no mercado de distribuição e processamento de produtos siderúrgicos, conforme despacho publicado nesta terça-feira no Diário Oficial da União.

A CSN pode elevar a fatia para até 49 por cento se exercer opção de compra prevista em acordo com a Aeté Participações, controladora da Armco.

Após a operação, a Aeté, que tinha 96,97 por cento do capital da Armco, ficará com 84,67 por cento dos papéis.

O acordo prevê ainda que a CSN terá direito de preferência no fornecimento de produtos siderúrgicos à Armco, sem relação de exclusividade.

Segundo documento do Cade, a operação afeta os mercados de aços planos ao carbono, no qual a CSN atua, e o mercado de processamento e distribuição de aços planos ao carbono, em que ambas as companhias atuam.

Considerando que a CSN não tem posição dominante na produção de aços planos ao carbono e que o fornecimento desse produto da CSN para a Armco é anterior à operação, entre outros fatores, o Cade concluiu que a probabilidade de efeitos anticoncorrenciais em razão da integração vertical é baixa.

O documento do órgão de defesa concorrencial não traz detalhes financeiros da operação.

### **Diretora do FMI prevê crescimento econômico global mais fraco que o esperado**

01/09/2015 - Fonte: Época Negócios



O crescimento econômico global provavelmente será mais fraco neste ano do que se esperava, disse nesta terça-feira (1) a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, devido a uma recuperação mais lenta nas economias avançadas e desaceleração maior nos países emergentes.

Lagarde também alertou que economias emergentes como a Indonésia devem ficar "vigilantes sobre contágios" da desaceleração da China, de condições financeiras globais mais apertadas, e em relação à perspectiva de alta da taxa de juros nos Estados Unidos.

### **Futuro das ferrovias no Brasil: a ligação intermodal é um desafio que verá avanços nos próximos anos**

01/09/2015 - Fonte: Época Negócios

Um dos grandes gargalos logísticos hoje no Brasil é a falta de uma estrutura intermodal para conectar importantes pontos de escoamento de cargas. Com o anúncio da segunda fase do Programa de Investimento em Logística, lançado em 2012 pelo governo federal, o país receberá investimentos de R\$ 86,4 bilhões em ferrovias, que devem ser aplicados até o fim de 2018.

O Centro-Oeste é a região mais carente de conexões. Estão previstos investimentos no trecho entre Lucas do Rio Verde (MT) e Miritituba (PA) e nos trechos da ferrovia Norte-Sul, entre Palmas (TO) e Anápolis (GO) e entre Barcarena (PA) e Açailândia (MA) e entre Anápolis, Estrela D'Oeste (SP) e Três Lagoas (MS).

Segundo Vicente Abate, presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer), expandir a malha para a região é fundamental. Segundo ele, o transporte de carga de longas distâncias deve evoluir para uma combinação de ferrovias, hidrovias e rodovias – o transporte intermodal.



De acordo com dados do Balanço do Transporte Ferroviário de Cargas no Brasil de 2013 da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), as condições de acesso ferroviário aos portos e a falta de incentivos fiscais para a construção de terminais multimodais são algumas das principais dificuldades a serem superadas.

Hoje, o transporte de carga ferroviária atende principalmente produtos para exportação como grãos e minério. Como o país recebe muitos produtos importados, os vagões poderiam voltar cheios para o Centro-Oeste.

A série O futuro do setor de ferrovias no Brasil é um mergulho da equipe de Caminhos para o Futuro nas mudanças que vão acontecer na malha ferroviária brasileira nos próximos anos.

### **Crise de pessimismo é crime contra o país, diz presidente da Anfavea**

01/09/2015 - Fonte: Época Negócios



Ao participar nesta segunda-feira (31), em São Paulo, do 1º Encontro Estratégico das Lideranças do Setor Automotivo, o presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), Luiz Moan, disse que para superar a crise econômica atual é preciso ter primeiro “visão de futuro” e depois, de “médio e curto prazo”.

Segundo ele, para o futuro, seria necessário considerar que o Brasil ainda tem uma taxa de motorização baixa, quando comparada à de outros países, o que significa um potencial alto de crescimento.

“Acredito que, a partir do segundo semestre do ano que vem, o país retomará o nível de crescimento mais alto e sustentável. A crise de pessimismo é um crime contra o país e, se deixarmos nos envolver, vamos desenvolvendo o mal estar e o clima de pessimismo. A sugestão da Anfavea é a de que o núcleo que envolve o setor automotivo tenha reuniões periódicas, para dar continuidade a um trabalho que não funcione só nas crises”, disse.

Para o presidente da Associação Brasileira de Consórcios (Abac), Paulo Roberto Rossi, um dos desafios para o setor é a dificuldade atual do consumidor em assumir compromissos financeiros de médio e longo prazo.

“Este é um momento de confiança abalada. Paralelo a isso, temos a dificuldade de o setor produtivo e de ter o consórcio como ferramenta de venda futura. Seria importante que o consórcio fosse considerado como estratégia comercial de todos os participantes da indústria automobilística”.

Rossi ressaltou que a solução para a crise é a mudança de comportamento do consumidor e do setor produtivo. “Não é fácil, mas confiamos que unidos poderemos fazer acontecer. A Abac seguirá estimulando programas de educação financeira por meio de ações de divulgação da modalidade de consórcio, focando sobretudo em suas características básicas: autofinanciamento, custos mais baixos e planejamento financeiro”.

O diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Leandro Vilain, destacou que os bancos mantêm um compromisso firme com o setor, e que a legislação vem contribuindo para evitar a inadimplência. Para ele, é preciso unir esforços para preservar os empregos no setor, mas é preciso, também, melhorar os mecanismos de localização do bem retomado.

"A Febraban trabalhará nos próximos meses em uma proposta a ser apresentada à Fenabreve e à Fenauto para aumentarmos a eficiência nesse processo, e repassarmos esses ganhos para o setor. Hoje, o processo de localização do veículo é ineficiente, gerando perda da garantia do empréstimo e aumento dos custos da inadimplência".

O presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), Alarico Assumpção, ressaltou que os principais desafios na avaliação da entidade é o cenário político e econômico, o PIB negativo, as crises de água e de energia elétrica, o abalo no índice de confiança dos consumidores e investidores, o aumento do desemprego e endividamento, a inflação alta.

"Além disso, há a retração na oferta de crédito, o automóvel visto como vilão da mobilidade urbana. O país precisa realizar ajuste fiscal, e retomar a estabilidade política e econômica".

Na avaliação do presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Paulo Butori, é preciso reconhecer que a crise une as entidades, que todas estão no mesmo barco e não querem que afunde.

"É uma oportunidade de todos remarem juntos para uma solução comum, para a soma de pequenas soluções para tirar este setor da situação atual".

## **Fiat Chrysler diz que seria "irracional" desistir de acordo com GM**

01/09/2015 - Fonte: Época Negócios



Seria "irracional" a Fiat Chrysler Automobiles (FCA) não perseguir a fusão com a rival General Motors e criar uma companhia que pode gerar US\$ 30 bilhões por ano em caixa, disse em entrevista a um jornal o presidente-executivo da FCA, Sergio Marchionne.

O Conselho da GM rejeitou uma proposta de fusão da montadora ítalo-americana mais cedo neste ano. A rejeição não impediu Marchionne de trabalhar no plano e fazer lobby junto aos investidores da GM em um esforço para levar o Conselho da GM à mesa de negociações, disseram fontes à Reuters em junho.

Em uma entrevista publicada no domingo no site Automotive News, Marchionne disse ter estudado cada detalhe do acordo que pode resultar em "mudanças cataclísmicas no desempenho", mas que não foi capaz de começar a discussão com a GM.

"Seria irracional não forçar uma parceria", disse. A questão encarada pelo Conselho da FCA no momento é que "um ataque à GM, adequadamente estruturado, adequadamente

financiado, não pode ser recusado. Você pode jogar duro até um certo ponto", disse Marchionne.

Perguntado se isso significava que a FCA estava considerando uma oferta hostil, Marchionne respondeu: "Não hostil... Há graus variados de abraço (por exemplo). Eu posso te abraçar agradavelmente, eu posso te dar um abraço apertado, posso te dar um abraço de urso, eu posso realmente te abraçar. Tudo começa com o contato físico. Ai ele pode degradar, mas ele começa com um contato físico."

Marchionne disse ainda que a FCA recebeu aproximações de outras parcerias em potencial, porém declarou que a GM permanece como opção preferida da empresa. "Há pessoas que estão interessadas em fazer acordos. Mas eu não estou interessado em fazer acordo com elas.... porque há um acordo melhor", concluiu.

## **Metas de redução de emissões são insuficientes, revela estudo**

01/09/2015 - Fonte: Época Negócios



Se depender das contribuições que os países apresentaram até agora para reduzir as emissões de gases estufa - que provocam o aquecimento global -, será pouco provável que o planeta consiga estabilizar o aumento da temperatura em 2°C até o final do século.

É o que mostra um cálculo preliminar feito com base nas INDCs (Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida, na sigla em inglês) entregues até a semana que passou à Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU).

As INDCs são os compromissos que os 196 países-membros da convenção têm de propor até 1.º de outubro para fundamentar o novo acordo climático global que deve ser finalizado na Conferência do Clima da ONU (COP-21), a ser realizada em dezembro em Paris.

Até sexta-feira (4), 56 países, responsáveis por quase 70% das emissões do planeta, apresentaram suas propostas. Cálculos feitos pelos pesquisadores do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), obtidos pelo jornal O Estado de S.Paulo, mostram que as emissões do mundo em 2030 - com os cortes sugeridos até o momento - serão no mínimo o dobro do necessário para segurar o aumento da temperatura. A comunidade científica considera que um aumento acima de 2°C em média em todo o planeta podem trazer consequências catastróficas.

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), para evitar o pior cenário, o mundo só pode emitir, entre 2012 e 2100, 1 mil gigatoneladas (Gt) de CO<sub>2</sub> - é o chamado "orçamento de carbono".

Numa distribuição igualitária ao longo do tempo, isso significa que podemos emitir no máximo 11,3 Gt CO<sub>2</sub> por ano até lá. O problema é que o mundo, em 2010, segundo o IPCC, emitiu 49 Gt do gás, o que dá uma ideia do tamanho do desafio para fazer essa redução.

Os pesquisadores do Idesam calcularam quanto cada um dos países que já apresentaram suas INDCs deverão emitir em 2030 se essas metas forem adotadas. Eles chegaram ao montante de 14,9 Gt. Isso sem contar a China. Hoje o maior emissor mundial, o país somente indicou que vai alcançar seu pico de emissões em 2030, sem trazer nenhum indicativo numérico de quanto vai ser isso.

Em 2012, a China emitiu 10,7 Gt CO<sub>2</sub>. Ou seja, hoje, sozinha, ela é responsável pela quantidade que o mundo inteiro deveria emitir. Mesmo se o país mantiver esse valor até 2030, a soma das emissões globais, considerando as metas dos demais países, seria de 25,60 Gt CO<sub>2</sub>, mais que o dobro do limite recomendado pelo IPCC.

O grupo cita, no entanto, que há previsões, como a feita pelo Grantham Research Institute on Climate Change, de que emissões chinesas podem chegar, daqui a 15 anos, a 16,5 Gt, o que elevaria a emissão global a 31,40 Gt CO<sub>2</sub>, quase o triplo da estimativa de 11,3 Gt por ano.

### **Incompatível**

Mesmo sem todas as cartas na mesa, o que fica claro até o momento, dizem os pesquisadores Mariano Cenamo e Pedro Soares, do Idesam, é que a soma das ambições dos países para combater as mudanças climáticas globais não está compatível com a necessidade apresentada pela ciência para manter o equilíbrio do planeta.

Cenamo alerta que as INDCs estão sendo apresentadas cada uma de um jeito, o que dificulta comparações. "Essa contabilidade criativa não ajuda. Por enquanto está se estabelecendo a base de negociação, mas esperamos que no futuro, seja por via oficial da Convenção do Clima ou por iniciativas da sociedade civil, tenhamos uma base de comparação mais clara, seja com base na responsabilidade histórica de cada país ou de suas capacidades econômicas."

Hoje, começa em Bonn, na Alemanha, uma nova rodada de negociações em torno do acordo climático. É o penúltimo encontro antes da COP de Paris.

## **Indústria começa a substituir insumos importados**

01/09/2015 - Fonte: EM.com

Empresas brasileiras começam a intensificar ações de substituição de insumos importados pelos nacionais por causa da alta do dólar. A troca, ainda incipiente, tem sido forçada pela forte desvalorização do real, de 36,84% ao longo deste ano.

Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) já dá indícios dessa substituição. No segundo trimestre, a participação dos insumos importados utilizados pela indústria de transformação foi de 24,5% no acumulado em 12 meses, uma queda ante o resultado do primeiro trimestre, de 24,8%.

"O movimento ainda é pequeno, mas essa troca é uma tendência e as empresas certamente vão tentar fazer essa substituição no futuro", afirma Renato da Fonseca, diretor de pesquisa e competitividade da CNI.

Por ora, é difícil apontar onde o câmbio vai parar, mas a certeza entre os empresários e economistas é de que o novo patamar do dólar é irreversível. Os analistas consultados pelo Banco Central para a elaboração do boletim Focus esperam que o dólar encerre o ano cotado a R\$ 3,50. Em 2016, a previsão é de que chegue a R\$ 3,60.

Nesta segunda-feira, 31, no entanto, a moeda americana já fechou em R\$ 3,6330. Os dados da balança comercial também dão algumas mostras dessa substituição por

causa da forte queda da importação de produtos manufaturados, embora boa parte desse recuo seja atribuída ao mau momento da economia brasileira.

Entre janeiro e julho, a compra de bens de capital pelo Brasil recuou 15,08% na comparação com o mesmo período do ano passado. A importação de bens de consumo caiu 13,53%, e a de matérias-primas e produtos intermediários diminuiu 15,45%.

"Na balança comercial, esse cenário ainda é pequeno. Mas deve se intensificar até 2016", afirma José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

### **Troca**

Além de insumos, o movimento de nacionalização ocorre com componentes e produtos acabados. A fabricante de autopeças ElringKlinger pretende reduzir de 50% para 30% o total de matérias primas e componentes importados usados em sua produção em até um ano e meio.

Neste ano, cerca de 10 a 12 itens já foram nacionalizados, entre os quais incertos de latão (espécie de porca de peça que envolve motores), que vinham da Tailândia, e peças em espuma, antes compradas na Alemanha.

"Antes, esses itens eram entre 15% a 20% mais baratos lá fora, mas agora, com a alta do dólar, é mais vantajoso comprar aqui, mesmo com os custos em reais subindo, por exemplo, com a conta de energia elétrica", diz o presidente da ElringKlinger, Fernando Petrolino.

Além do preço mais em conta, o executivo ressalta a economia com a logística, o transporte e o armazenamento. Em 2015, as compras externas da empresa já caíram 10% em relação a 2014. Até o ano passado, 60% das matérias primas e peças usadas na produção vinham de fora.

Outro movimento registrado pela empresa, que tem fábrica em Piracicaba (SP), é o interesse de clientes, especialmente montadoras, de também comprar localmente itens hoje importados.

"Estamos sendo procurados por clientes para localizar peças que eles importam, como juntas de cabeçote", diz Petrolino. Em razão desse projeto, a empresa estuda ampliar o número de empregados, hoje em 320.

## **Centrais sindicais vão propor 11 temas de debate ao governo**

01/09/2015 - Fonte: EM.com

As centrais sindicais vão divulgar nesta segunda-feira, uma nota conjunta ao governo com reivindicações sobre o fórum de debates sobre Trabalho e Previdência, que o governo Dilma Rousseff vai instalar na próxima quarta-feira.

Os presidentes das seis entidades (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CSB) afirmam que "não permitirão" ataques aos direitos e tentativas de mudanças que "prejudiquem a classe trabalhadora".

No documento, a que a reportagem teve acesso, os sindicalistas propõem 11 temas de debate ao governo - nenhum deles envolve mudanças na Previdência Social, que são justamente as medidas que o governo tem preparado para apresentar aos sindicalistas.

O governo quer reduzir seus gastos com a aposentadorias pelo INSS. Há planos de

instituir idade mínima para aposentadoria e também, como revelou a reportagem na semana passada, a elevação do prazo mínimo de 12 para 24 meses de contribuição ao INSS para ter acesso à aposentadoria por invalidez, além de medidas para qualificar o trabalhador beneficiado pelo auxílio doença.

Na semana passada, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, confirmou que o governo tem "medidas prontas" para apresentar aos sindicalistas e empresários (que também fazem parte do fórum que será instituído) com mudanças nas Previdência.

As centrais sindicais, no entanto, querem discutir outros assuntos. Entre os 11 pontos apresentados na nota estão: combate à inflação, redução da taxa básica de juros, aumento do investimento público e privado em infraestrutura, "política cambial que incentive a produção e a competitividade do produto nacional, especialmente o industrial" e "fortalecimento do Ministério do Trabalho visando o incentivo ao diálogo e melhorias na fiscalização".

Assinam a nota os presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT, da Força Sindical (Solidariedade e PDT), da União Geral dos Trabalhadores (UGT), com integrantes ligados ao PSD e ao PV, e também os líderes da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), braço sindical do PC do B e do PSB, da Central de Sindicatos Brasileiros (CSB), ligada ao PMDB, e a Nova Central (NCST).

## **Afif diz que o Brasil é um país complicado para abrir empresa**

01/09/2015 - Fonte: EM.com

O ministro-chefe da Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Guilherme Afif Domingos, afirmou nesta segunda-feira, que o Brasil é um país "complicado" para abrir empresas e que isto é percebido internacionalmente.

"Os investidores externos consideram o Brasil um país extremamente burocratizado", disse, durante palestra para empresários do setor automotivo, na primeira edição do Encontro Estratégico do Setor Automotivo, em São Paulo.

Para chegar a essa conclusão, o ministro comparou a burocracia brasileira para abrir uma empresa com a de Portugal, que, segundo ele, é considerado a "matriz da burocracia no Brasil", em referência à colonização.

"No Brasil, é necessário 20 documentos, 12 procedimentos e, em média, 102,5 dias para abrir uma empresa. Enquanto isso, em Portugal, você só precisa de três documentos, três procedimentos e, em média, 2 dias e meio", disse.

As declarações de Afif fazem parte da apresentação do programa Bem Mais Simples, que foi lançado neste ano e tem como objetivo minimizar a burocracia para abrir empresas e, com isso, melhorar o ambiente de negócios no país.

## **Acredite se quiser**

01/09/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

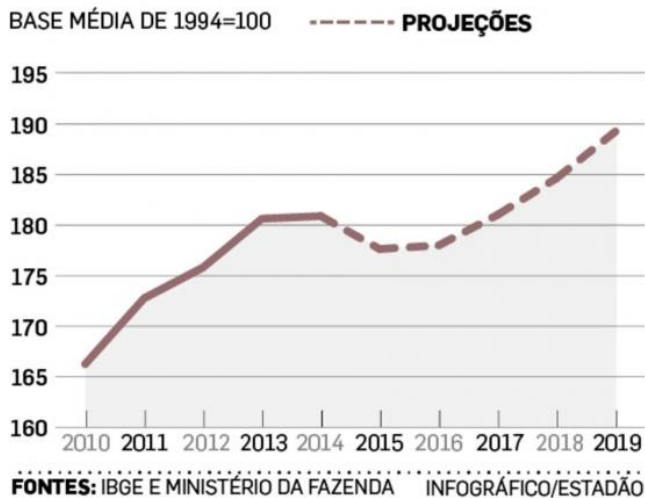
Depois de ter governado quatro anos nas nuvens, na enganação e na irrealidade, a presidente Dilma quer passar a impressão de que finalmente abraçou o realismo fiscal. Sua proposta orçamentária para 2016 chega ao Congresso com um rombo de R\$ 30,5 bilhões, equivalente a 0,5% do PIB.

Esta até seria boa notícia se inspirasse crédito, mas a presidente Dilma apresenta um diagnóstico por dia e o que diz depois não combina com o que disse antes.



# NOVAS PROJEÇÕES

## ● Evolução do PIB brasileiro



A situação das contas públicas é desastrosa não pelo que vem sendo repetido pelo governo, mas pela lógica das estatísticas e dos fatos. Mudanças no discurso, como as desta segunda-feira, feitas em nome da transparência não garantem compromisso com o que se seguirá a partir de agora.

Em agosto de 2014, a então ministra do Planejamento, Miriam Belchior, à parte a impressionante peça de ficção identificada na proposta orçamentária de 2015, ainda sugeria que neste ano haveria um crescimento econômico de 3% e um superávit primário (sobra de arrecadação para pagamento da dívida) de 2% do PIB.

Antes disso, ainda em abril do ano passado, o governo mandou demitir o funcionário Leonardo Rolim que apontou para uma diferença a menos de R\$ 10 bilhões nas contas róseas de 2014 apresentadas pelo ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. Pois o rombo não só cresceu mais do que isso, como a própria presidente Dilma nos vem dizer agora que é preciso atacar com uma reforma corajosa o déficit da Previdência Social.

Os resultados do calamitoso 2014 são conhecidos. Apesar das mágicas contábeis, das pedaladas e das manobras conhecidas como "restos a pagar", o ano fechou com déficit primário de R\$ 32,53 bilhões, 0,63% do PIB.

Há pouco mais de um mês, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, veio a público para garantir que o superávit primário de 2016 seria de 0,7% do PIB. Não demorou para mudar de ideia. Na semana passada, os desencontros e as contradições se sucederam em ritmo alucinante.

Sem nem sequer notificar o seu vice-presidente, Michel Temer, que ainda exerce a função de principal negociador político do governo, a presidente Dilma avisou que enviaria ao Congresso a proposta para recriação da CPMF, cuja perspectiva de arrecadação em 2016 seria de R\$ 60 bilhões. Ainda assim, já contando com essa receita extra, mandou dizer que haveria um rombo de R\$ 70 bilhões a tapar. Ou seja, sem a CPMF, o déficit seria de R\$ 130 bilhões.

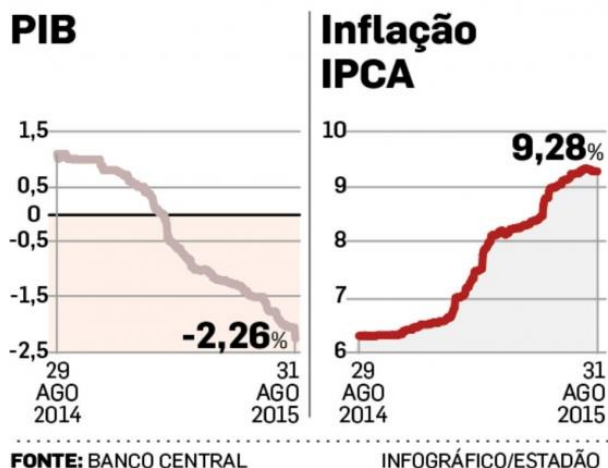
Neste fim de semana, desistiu da CPMF e preparou proposta orçamentária em que o déficit (e não mais superávit) sem a CPMF já não seria de R\$ 130 bilhões, mas de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões, ou de algo em torno de 0,5% do PIB. E não se sabe das

reformas, nem da reforma política que viria por plebiscito, nem da reforma da Previdência Social, nem da Agenda Brasil, que conteria 47 itens, nem da extinção de 10 entre os 39 ministérios, nem da anunciada redução de mil entre os 22 mil cargos de confiança.

As mistificações continuam, desta vez com um discurso que apela mais para o realismo fiscal.

## ● Projeções do mercado para 2015

### - Pesquisa Focus



Aí está a evolução das projeções do mercado sobre o comportamento do PIB e da inflação em 2015.

### **Continua o otimismo**

O governo Dilma conta com queda mais branda do PIB neste ano e com pequeno crescimento de 0,2% em 2016. Não são números tão delirantes quanto os da administração anterior, mas são bem mais otimistas do que os projetados pelo mercado.

A equipe econômica entende que os principais canais de recuperação serão as exportações e o tombo da inflação. Parece pouco diante da alta probabilidade de o País perder o grau de investimento.

## **Daimler corta produção e salários, mas empregos são mantidos**

01/09/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo



A fabricante alemã Daimler informou nesta segunda-feira que decidiu reduzir as horas de trabalhos em sua fábrica de caminhões no Brasil, em vez de cortar 1.500 postos de trabalho, para se adaptar à fraca demanda.

Em meio à pior recessão da economia brasileira em seis anos, a Daimler Trucks recentemente avisou que faria drásticas mudanças em sua fábrica de São Bernardo do Campo, que conta com 10.000 funcionários.

A Daimler Trucks disse, contudo, nesta segunda-feira que, após negociações com lideranças sindicais, a empresa concordou com um corte de 20% da produção e dos salários de setembro deste ano até maio de 2016.

O governo brasileiro compensará a metade da perda salarial. Em troca, os trabalhadores terão seus empregos garantidos por um ano.

A Daimler afirma que a medida é uma resposta à queda de 44% na demanda por caminhões no Brasil.

"Por muitos meses tem havido uma redução das encomendas de caminhões, e uma recuperação do mercado infelizmente não está prevista", disse recentemente o porta-voz da Daimler à AFP.

## **Preço do minério de ferro voltará a cair para menos de US\$ 50**

01/09/2015 - Fonte: UOL

O minério de ferro está se mantendo acima de US\$ 50. Mas não aposte que isso irá durar. A constante expansão da oferta das maiores produtoras do mundo significa que os preços vão cair até o fim do ano, segundo a Capital Economics Ltd.

A empresa de pesquisa com sede em Londres se junta a vários bancos, dentre eles o Goldman Sachs Group Inc. e o UBS Group AG, ao prever preços mais baixos.

O ingrediente utilizado na fabricação do aço vai cair para US\$ 50 por tonelada no fim de setembro e para US\$ 45 no fim do ano, disse Caroline Bain, economista sênior de commodities da Capital Economics.

O minério com teor de 62 por cento avançou 3,9 por cento, para US\$ 56,04 por tonelada na sexta-feira, segundo a Metal Bulletin Ltd. A commodity subiu 4,9 por cento neste mês, tendo tocado fundo com US\$ 44,59 por tonelada no dia 8 de julho.

"O catalisador para a nova queda estará principalmente no lado da oferta, pois as produtoras australianas continuam aumentando a produção", disse ela por e-mail. Os gigantes da mineração Rio Tinto Group e BHP Billiton Ltd. estão aumentando a produção para impulsionar os volumes de venda e reduzir custos, expandindo um excedente mesmo com a China, a maior compradora, desacelerando.

### **Oferta nova**

Uma oferta nova aparecerá no mercado na forma de minério da mina Roy Hill de 10 bilhões de dólares australianos (US\$ 7,1 bilhões) da bilionária australiana Gina Rinehart, que iniciará operações neste ano, disse Bain. A Rio Tinto prevê que a nova oferta será de 110 milhões de toneladas neste ano.

O minério de ferro recebeu um impulso nas últimas semanas porque as siderúrgicas da China aumentaram a produção antes dos cortes ordenados pelo governo a algumas usinas para garantir um ar limpo em Pequim no desfile da vitória na Segunda Guerra Mundial no dia 3 de setembro, segundo Wu Zhili, analista da Shenhua Futures Co. em Shenzhen.

O Goldman prevê que o preço médio do minério de ferro será de US\$ 48 por tonelada nos últimos três meses de 2015, segundo um relatório de 14 de agosto. No dia 17 de agosto, o UBS antecipou que a média para o ferro seria de US\$ 51 por tonelada no segundo semestre.

## **Retorno ao crescimento e aumento da produtividade são prioridades para as mineradoras, indica Ernst & Young**

01/09/2015 - Fonte: UOL

Segundo estudo elaborado pela consultoria, volatilidade dos preços e do câmbio, e acesso à energia são outros pontos de preocupação para o setor.

A necessidade de voltar a crescer e o aumento da produtividade são as principais preocupações das empresas de mineração e metais. A lista com os 10 riscos de negócios do setor, que também inclui itens como volatilidade dos preços e do câmbio, e acesso à energia, faz parte do estudo "Business risks facing mining and metals 2015-2016", elaborado pela EY (Ernst & Young).

O levantamento destaca os aspectos com maior potencial de impacto no desempenho das empresas do segmento neste e no próximo ano.

O cenário dos últimos anos, com reduções significativas de investimento (Capex) e suspensões ou encerramentos de minas, começa a apresentar sinais de mudança. A diminuição da oferta de uma série de commodities e a inevitável recuperação do ciclo é esperada para os próximos anos. No entanto, a retomada será diferente para cada tipo de commodity e o setor precisa se preparar para este novo ciclo.

"Com os mercados de capitais altamente avessos a riscos, temos visto a maior parte das empresas de mineração e metais focada no curto prazo – cortando custos e maximizando os atuais retornos aos acionistas – o que pode limitar as perspectivas de crescimento futuro", explica Daniel Peixoto, diretor de auditoria do Centro de Energia e Recursos Naturais da EY.

Para certas commodities, a retomada do crescimento é iminente e os ativos, ainda relativamente baratos e maduros, podem ser boas oportunidades de aquisições. Tendo em vista o longo tempo de maturação para desenvolver uma nova fonte de fornecimento, as decisões de investir com objetivo de crescimento futuro devem ser feitas agora para que os retornos de longo prazo sejam maximizados.

De acordo com Peixoto, "Trata-se de um paradoxo – o reinvestimento e crescimento a longo-prazo se tornam essenciais para a sustentabilidade do setor, mas, ainda assim, os mercados de capitais demandam o inverso". Enquanto a maior parte das mineradoras iniciou suas ações para recuperar a produtividade perdida durante o período anterior, a necessidade de melhorias de produtividade sustentáveis e duradouras permanece vital para a prosperidade e sobrevivência.

Essa é uma transformação com prazo entre dois e três anos, que permanece entre os principais riscos para o setor. "Apesar de constar como número dois na classificação do estudo, a produtividade permanece sendo o foco operacional número um dos CEOs durante os anos de 2015 e 2016", explica Peixoto.

Confira o ranking completo:

1. Decisão de investir
2. Aumento de produtividade
3. Alocação e acesso a capital
4. Nacionalização dos recursos
5. Licença de Operação
6. Preços e volatilidade das moedas
7. Projetos de investimento
8. Acesso à Energia
9. Cibersegurança

## 10. Inovação